

Milicianos: uma análise da conexão entre Estado e crime organizado no Brasil

Militiamen: an analysis of the connection between the State and organized crime in Brazil

ROBERTO UCHÔA DE OLIVEIRA SANTOS

INTRODUÇÃO

O crescimento das milícias no Brasil nos últimos anos, e em particular no Rio de Janeiro, configura-se como um dos fenômenos mais preocupantes do crime organizado contemporâneo. A singularidade desse fenômeno revela-se, sobretudo, no fato de tais grupos não se terem originado a partir de dinâmicas tradicionais ligadas ao tráfico de drogas ou por meio de alianças entre facções criminosas já existentes. Ao contrário, trata-se de organizações criminosas que surgiram de dentro do próprio aparato estatal, notadamente constituídas, em seu início, por agentes ligados à área da segurança pública, como policiais militares, policiais civis, bombeiros, agentes penitenciários e ex-militares, que passaram a utilizar a estrutura do Estado para operar atividades ilícitas em benefício próprio. Em vez de se limitarem a seus papéis institucionais de enfrentar a criminalidade, esses indivíduos utilizaram sua experiência e posição para estabelecer um poder paralelo, alicerçado em redes de proteção, extorsão e, em muitos casos, conivência política.

O livro *Milicianos: como agentes formados para combater o crime passaram a matar a serviço dele*, de autoria do jornalista Rafael Soares, já pode ser considerado fundamental para ajudar a compreender o papel das forças de segurança pública na gênese e na expansão das milícias. O trabalho de Soares, fruto de extensa apuração jornalística ao longo de vários anos, expõe as raízes históricas e institucionais que deram sustentação ao crescimento desses grupos. Desde as práticas de brutalidade policial e a existência de “esquadrões da

morte” entre as décadas de 1960 e 1970, realidade muito bem relatada por Alves (2020), até as modernas políticas de segurança alicerçadas na chamada “guerra às drogas”, o autor elucida como a militarização do policiamento e a impunidade sistemática prepararam o terreno para o surgimento de uma forma de criminalidade que se desenvolveu e fortaleceu com a anuência do próprio Estado.

A obra, além de reconstituir a trajetória de personagens emblemáticos, como Ronnie Lessa — ex-policial militar condenado pelo assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes —, revela a estreita interligação entre agentes públicos e a consolidação de esquemas lucrativos baseados na extorsão e na exploração econômica de populações vulneráveis. Com uma linguagem jornalística e ao mesmo tempo analítica, Soares não apenas descreve fatos, mas também examina a cultura institucional que normaliza e incentiva a violência policial, culminando em um tipo de criminalidade que se entranha nas estruturas estatais, o que dificulta qualquer tentativa de enfrentamento efetivo.

O objetivo dessa resenha é analisar os principais argumentos apresentados na obra, destacando como a investigação conduzida por Rafael Soares contribui para o debate acadêmico e público acerca da segurança pública no Brasil e no Rio de Janeiro, bem como para o entendimento das raízes e das implicações das milícias. Pretende-se, ainda, identificar os limites do estudo, apontando possíveis lacunas que poderiam ter sido exploradas em maior profundidade. Ao final, propõe-se uma reflexão sobre a relação entre Estado, sociedade e criminalidade, indagando em que medida as políticas de segurança adotadas até o momento podem ter sido responsáveis, involuntariamente ou não, pelo fortalecimento desses grupos.

1 - ESTRUTURA E PRINCIPAIS ARGUMENTOS

A organização do livro favorece a compreensão gradual do problema das milícias, partindo de uma análise histórica e institucional até chegar às repercussões sociais e políticas mais recentes. Soares estrutura o texto em capítulos que evidenciam as transformações ocorridas no policiamento do Rio de Janeiro, descrevendo como agentes supostamente comprometidos com a ordem passaram a se vincular a atividades criminosas. Há um esforço constante do autor em rastrear documentos, processos judiciais, relatórios de órgãos de fiscalização e entrevistas, compondo um mosaico complexo que revela a profundidade do fenômeno.

Do ponto de vista analítico, é possível identificar três eixos principais que fundamentam a narrativa proposta por Soares:

- a) O papel do Estado na formação dos milicianos: o autor argumenta que a militarização das forças policiais, a adoção de políticas de incentivo ao confronto e a ausência de mecanismos de *accountability* foram determinantes para que agentes se sentissem autorizados a atuar à margem da lei. A impunidade, combinada à cultura de “guerra ao crime”, teria funcionado como uma espécie de “escola” dentro da própria corporação, produzindo sujeitos acostumados à violência como forma de ação legítima.
- b) A consolidação das milícias como força criminosa organizada: inicialmente voltadas à suposta proteção de comunidades contra o tráfico, as milícias rapidamente perceberam a possibilidade de diversificar fontes de renda, inserindo-se em vários setores da economia informal. Passaram a extorquir comerciantes em troca de “segurança”, controlar o transporte alternativo, monopolizar serviços clandestinos de gás, internet e TV a cabo, bem como investir em construções irregulares. Um modelo de “gestão” de territórios baseado em coerção e em um domínio territorial armado.
- c) As conexões políticas e institucionais que garantem a sobrevivência das milícias: por fim, Soares demonstra como a penetração das milícias em cargos públicos e em setores-chave dos poderes reforça a blindagem e a capacidade de perpetuação desses grupos. A obtenção de apoio eleitoral transforma as milícias em um ator político de grande influência, minando investigações e dificultando ações de repressão eficazes.

A partir desses três eixos, o autor reconstrói os caminhos que levaram policiais como Ronnie Lessa a se tornarem peça fundamental em esquemas criminosos que não apenas ameaçam a segurança pública, mas também colocam em xeque a credibilidade das instituições estatais.

2 - O PAPEL DO ESTADO NA GÊNESE DAS MILÍCIAS: DA BRUTALIDADE POLICIAL À “GUERRA ÀS DROGAS”

Uma contribuição central de *Milicianos* consiste em mostrar como a formação desses grupos criminosos não pode ser vista como uma anomalia ou exceção na história do Brasil e do Rio de Janeiro em particular. Soares argumenta que práticas extralegis

perpetradas por forças policiais remontam aos chamados “esquadrões da morte”. Durante as décadas de 1960 e 1970, agentes do Estado já agiam sob uma lógica de extermínio, alegando “limpar” as ruas de criminosos. Porém, com o avançar das décadas e a intensificação da militarização policial, esses grupos foram se transformando, assumindo diferentes roupagens, mas sempre mantendo a estrutura básica de atuação violenta e arbitrária.

Nos anos 1990, políticas que premiavam a letalidade policial, como a conhecida “gratificação faroeste”, tiveram repercussões profundas no *ethos* das corporações. Policiais que matavam pessoas suspeitas de serem criminosas em confronto recebiam incentivos financeiros e, em alguns casos, promoções, o que acabou por criar um círculo vicioso em que a violência era não apenas tolerada, mas também recompensada. A consequência imediata foi a formação de grupos que agiam com pouca transparência e com grande respaldo interno, como certas Patrulhas Táticas Móveis (Patamos). A experiência adquirida por esses agentes em confrontos constantes, muitas vezes resultando em mortes, forneceu a base para que, posteriormente, eles passassem a exercer atividades criminosas sob o disfarce de “limpeza social” ou “proteção comunitária”.

Em paralelo, a adoção de uma política de enfrentamento ostensivo ao tráfico de drogas, com grande visibilidade midiática, contribuiu para a legitimação de práticas violentas que extrapolavam os limites da lei. A insistência no paradigma da guerra impulsionou a ideia de que “o fim justifica os meios”, criando um cenário em que execuções extrajudiciais se tornaram recorrentes e frequentemente justificadas pela suposta necessidade de “restaurar a ordem”. Essa lógica de combate sem limites abriu brecha para que policiais envolvidos em mortes ilegais se tornassem intocáveis, pois a impunidade era quase garantida; foi nesse contexto que algumas lideranças policiais vislumbraram a possibilidade de lucrar com o crime, ao perceberem que a fiscalização sobre seus atos era, na melhor das hipóteses, débil e insuficiente.

3 - A EXPANSÃO DAS MILÍCIAS: DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA E GOVERNANÇA CRIMINOSA

A segunda parte do argumento de Rafael Soares consiste em mostrar como as milícias passaram de grupos relativamente informais, interessados em vender segurança clandestina, a verdadeiros conglomerados criminosos. O autor descreve, com exemplos concretos, como esses grupos rapidamente expandiram seu leque de atividades, abarcando

desde a cobrança de “taxas de segurança” até a especulação imobiliária em áreas periféricas da cidade.

Essa diversificação econômica não só incrementou os lucros das milícias, como também reforçou sua capacidade de penetração nas rotinas cotidianas das comunidades. Ao assumir o controle de serviços essenciais como gás de cozinha, internet, TV a cabo (notadamente o “gatonet”) e transporte alternativo, elas construíram uma base econômica sólida, relativamente menos vulnerável a ações policiais do que o comércio de drogas, e que poderia ao mesmo tempo ser utilizada para dificultar ações de repressão.

Outro ponto sublinhado por Soares é o caráter autoritário e punitivo do controle exercido pelas milícias sobre as populações que vivem em seus territórios. Sob o pretexto de oferecer segurança, estes grupos impõem regras rígidas de conduta, regulam conflitos entre vizinhos, controlam festas e eventos e, não raro, cerceiam liberdades básicas, como a de expressão. A ameaça constante de violência faz com que as populações em territórios controlados permaneçam em um constante terror.

4 - CUMPLICIDADE INSTITUCIONAL E PODER POLÍTICO DAS MILÍCIAS

Ao examinar a sobrevivência e o crescimento das milícias, o livro dedica considerável atenção às conexões entre crime organizado e instâncias políticas e governamentais. Em muitos casos, a eleição de ex-policiais ou de indivíduos ligados a grupos paramilitares garante que leis, investigações ou operações sejam direcionadas de modo a proteger os interesses milicianos. A infiltração em cargos públicos estratégicos permite desde a obstrução de investigações até a manipulação de políticas públicas, favorecendo a permanência desses grupos no poder local.

Soares expõe ainda a existência de esquemas de corrupção e troca de favores em órgãos estatais, principalmente em algumas delegacias e batalhões, onde a proximidade entre policiais da ativa e ex-policiais transformados em milicianos acaba gerando um ambiente de proteção mútua, turbinado pelas grandes quantias de dinheiro obtidas nas atividades ilegais exercidas pelos criminosos. Processos são arquivados, inquéritos sofrem retardamentos injustificados e testemunhas enfrentam intimidação. Tais práticas tornam-se um desafio monumental para servidores empenhados em levar criminosos à Justiça, gerando um ciclo vicioso em que a impunidade se reproduz e reforça o poder dos milicianos.

5 - CONTRIBUIÇÕES DA OBRA

A investigação de Rafael Soares evidencia como práticas repressivas do passado, a exemplo dos esquadrões da morte, contribuíram para a formação de grupos paramilitares modernos, revelando a continuidade da brutalidade e a ausência de responsabilização ao longo do tempo. Ao salientar que a consolidação das milícias resulta não apenas de falhas estatais, mas também de setores públicos que legitimaram tais grupos, Soares demonstra o papel ativo do Estado em sua ascensão. Além disso, expõe a complexidade da atividade miliciano, que se diferencia do tráfico de drogas ao abarcar múltiplos nichos econômicos informais e manter relações com segmentos formalmente legais, tornando seu enfrentamento especialmente desafiador.

Outro ponto crucial é a desconstrução do discurso de “proteção comunitária” que as milícias utilizam para justificar sua presença em determinadas áreas. Sob o pretexto de combater outras formas de criminalidade, elas impõem regimes de medo, extorquem moradores e cobram taxas abusivas, configurando uma modalidade de crime organizado tão perversa quanto (ou ainda mais) as facções tradicionais. Ao evidenciar esse quadro, Rafael Soares contribui de modo significativo para o debate sobre segurança pública, crime organizado e a relação entre Estado e violência no Brasil, alertando para a dimensão institucional que sustenta essas práticas.

6 - LIMITES DA ANÁLISE E PONTOS DE REFLEXÃO

Embora a obra de Soares ofereça um panorama extremamente detalhado e rigoroso sobre a realidade das milícias, há alguns limites e lacunas que podem ser destacados: a ausência de uma comparação internacional mais sistemática, já que o fenômeno das milícias se assemelha a outros grupos paramilitares em países como Colômbia, México e El Salvador; uma análise mais aprofundada da relação entre milícias e tráfico de drogas, que poderia elucidar melhor as configurações criminais presentes em determinados territórios, evidenciando como essas relações afetam o cotidiano das comunidades; um maior embasamento teórico, pois, apesar de ser uma investigação jornalística sólida, a obra poderia dialogar mais extensamente com a literatura acadêmica sobre crime organizado, violência urbana e governança criminal. Autores como Alves (2020), Misse (2008) e Werneck (2015) poderiam ser articulados de modo a reforçar ainda mais as conclusões de Soares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Milicianos: como agentes formados para combater o crime passaram a matar a serviço dele desponta como leitura indispensável para qualquer pessoa interessada em desvendar as nuances do crime organizado no Rio de Janeiro e, por extensão, no restante do país. Ao expor com riqueza de detalhes as trajetórias de agentes de segurança pública que migraram para o crime, bem como as intersecções entre instituições estatais, economia ilegal e poder político, Rafael Soares revela uma realidade inquietante: as milícias não são uma aberração pontual, mas sim o resultado de uma convergência histórica de políticas públicas violentas, impunidade institucionalizada e redes de corrupção que atravessam o Estado brasileiro.

A grande força da obra reside na demonstração de que o problema miliciano não se resolve simplesmente com maior repressão policial. Afinal, os grupos paramilitares se desenvolveram exatamente a partir de um aparato voltado para a repressão, o que indica ser necessária uma mudança estrutural. Soares convida o leitor a refletir sobre a responsabilidade estatal na consolidação desses grupos, questionando até que ponto o próprio Estado não produziu, e continua a reproduzir, as condições que permitem às milícias florescer e se estabelecer como uma das maiores ameaças à segurança pública e à democracia.

O contexto atual, marcado pela presença de milicianos em cargos legislativos e executivos, bem como influência no sistema judiciário, evidencia que a ameaça transcende a violência armada nos bairros e favelas. Trata-se de um poder político e econômico que se alimenta das lacunas institucionais e se perpetua graças à corrupção e à omissão de setores fundamentais do Estado. Assim, se há uma lição principal do livro, é a de que não se combate milícias sem reformar, de forma profunda e transparente, o modo como se faz segurança pública, o sistema político e os mecanismos de controle e responsabilização de agentes estatais.

Assim, *Milicianos* é, ao mesmo tempo, um alerta e um convite: alerta sobre a potência destrutiva que esses grupos alcançaram no cenário brasileiro e particularmente no Rio de Janeiro e convite para que a sociedade questione e pressione por mudanças estruturais. Caso contrário, corremos o risco de perpetuar um círculo vicioso em que aqueles que deveriam combater o crime tornam-se seus principais operadores, trazendo como consequência um ambiente de desconfiança e insegurança que afeta não apenas o Rio de Janeiro, mas todo o país.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Cláudio Souza. (2020). *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Consequência.

MISSE, Michel. (2008). Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. *Civitas* (Porto Alegre), v. 8, p. 371-385.

WERNECK, Alexandre. (2015). O onitorrinco de criminalização: a construção social moral do miliciano a partir dos personagens da “violência urbana” do Rio de Janeiro. *Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.* Rio de Janeiro: vol. 8, n. 3, p. 429-454. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5638/563865502002.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2024.

SOARES, Rafael. (2023) *Milicianos: como agentes formados para combater o crime passaram a matar a serviço dele*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Roberto Uchôa de Oliveira Santos

Doutorando em Democracia do Século XXI no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, mestre em Sociologia Política pela Uenf e conselheiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.